



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO PMSG EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS Nº 105/2021.

INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2021 (Processo Administrativo nº 16.117/2020)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de São Gonçalo, por intermédio da **Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos** realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 093 de 15 de março de 2021, do Decreto Municipal nº 057 de 11 de março de 2009, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Lei Municipal nº 357/2011, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 22/12/2021

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual aquisição de 04 (quatro) impressoras, 16 (dezesesseis) microcomputadores portáteis tipo-notebook, 16 (dezesesseis) nobreaks, 13 (treze) softwares, 04 (quatro) projetores, 04 (quatro) telas de projeção, 08 (oito) caixas de som, 08 (oito) microfones, 04 (quatro) aparelhos dvds, 64 (sessenta e quatro) cadeiras, 16 (dezesesseis) mesas, 04 (quatro) tvs 42 polegadas, 04 (quatro) câmeras fotográficas, 04 (quatro) tendas infláveis e 08 (oito) tendas, a fim de auxiliar na realização de ações preventivas ao uso indevido de drogas junto às comunidades, escolas, igrejas, praças etc, no município de São Gonçalo - RJ., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas.

2.2. Não existem outros órgãos participantes nesta licitação.



3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, com propósito de estimular e incentivar fomento de competidores para o certame o qual deflui em persecução a proposta mais vantajosa, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, na forma do Art. 8º, § 3º do Decreto Municipal nº 057/2009 e na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação,



observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.5.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Em relação ao objeto a ser contratado, a participação é exclusiva a microempreendedor individual, microempresas, empresas de pequeno porte, equiparadas e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

5.1.2. Na hipótese de deserção ou fracasso dos itens destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas na forma do item anterior, será realizada a republicação do edital, com ampla participação, sem exclusividade para os respectivos itens, o que será precedido de competente justificativa e autorização pelas autoridades competentes.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. **Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, conforme determina Artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro;**

5.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.5. Empresas que se encontram sob o regime falimentar. **As empresas em recuperação judicial que tenham seu plano de recuperação aprovado pelo juízo competente poderão participar do certame;**

5.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte;

5.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.4.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.4.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.6. Para fins de deste Edital, entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.



5.6.1. Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do presente certame aqueles definidos na Lei Complementar 123/06.

5.6.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte doravante serão designadas respectivamente por MEI/ME/EPP.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item ou percentual de desconto;

7.1.2. Marca;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.1.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e da União, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A aceitação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito nas fases subsequentes.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, limitado a quatro casas decimais.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 01 (um) centavo.

8.8.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.28.1. No país;

8.28.2. Por empresas brasileiras;



8.28.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.28.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.32. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos anexos e documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Municipal n.º 093/2021.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 A proposta de preço contendo as especificações detalhadas dos itens ofertados, com o valor atualizado da licitante detentora da melhor oferta, acompanhado com



manuais/folders/encartes de cada item que compõe o grupo vencedor, se for o caso; proposta vencedora, DEVERÁ ser enviada ELETRONICAMENTE, NO PRAZO DE 24(vinte e quatro) horas contando da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Portal Comprasnet, em arquivo único (conforme IN nº03/2018 MPOG art. 21, §6º).

9.4.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Caso a Licitante não logre êxito em enviar eletronicamente ou equivocar-se no envio do arquivo através do sítio oficial (COMPRASNET), deverá oficializar a solicitação ao Pregoeiro da reabertura do prazo remanescente no sistema, através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br contendo o “*printscreen*” da tela e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329**. Tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo após a análise do Pregoeiro.

9.6 Caso o sítio oficial (COMPRASNET) esteja indisponível, deverá registrar através da Plataforma de Atendimento disponível no Portal de Compras Governamentais (<http://portaldeservicos.planejamento.gov.br> ou 0800-978-9001) um acionamento do ocorrido, remetendo o protocolo através de e-mail: pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br e aviso por telefone **(21) 2199-6442 / 2199-6329** ao Pregoeiro para reabertura do prazo remanescente no sistema. Após análise do Pregoeiro em consulta ao SERPRO, tal solicitação não será garantia da reabertura de prazo.

9.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.4. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



9.5. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:7263467310545:::P3_TIPO_RELACA_O:INIDONEO);

10.1.5. Lista de Empresas Sancionadas, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ (<https://www.tce.rj.gov.br/empresas-sancionadas>);

10.1.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.10. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.**

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.2.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.2.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.2.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.2.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.2.9. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

10.2.10. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, **conforme previsto pelo subitem 9.4**, no prazo de 24(vinte e quatro)horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10.2.11. Ressalvado o disposto no item **5.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.3. Habilitação jurídica:

10.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.3.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.3. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

10.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e da Certidão Negativa de Dívida Ativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

10.4.7. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos federais, estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração das respectivas Fazendas do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.4.10. Os documentos constantes nos subitens 10.4.4, 10.4.5, 10.4.6, 10.4.7 e 10.4.8 deverão ter validade na data estipulada no preâmbulo para envio da proposta.

10.5. Qualificação Técnica

10.5.1. Comprovação de aptidão da licitante para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de uma ou mais certidões ou um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.5.2. A certidão ou atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço. CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome do cargo do signatário.

10.6. Amostra

10.6.1. A Empresa vencedora deverá encaminhar junto com a proposta ajustada, folders/encartes de cada item vencedor, dentro do prazo de convocação informado pelo Pregoeiro, para verificação da conformidade com as especificações técnicas do(s) produto(s).

10.7. Critérios para aprovação e reprovação de Amostras

10.7.1. As amostras apresentadas exigidas neste termo de referência deverão ser avaliadas, por servidor previamente designado pela pasta solicitante, que levará em consideração as descrições dos bens e emitirá parecer técnico com



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

base em critérios objetivos, apontados em formulário próprio anexo a este Edital.

10.7.2. Caso as amostras apresentadas pelo licitante vencedor da fase de lances não sejam aprovadas, deverá ser convocado o próximo licitante, obedecendo a ordem de classificação.

10.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.11.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.



10.17. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.18. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10.19. Em caso de anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, deverá ser comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente, sob pena de inabilitação.

10.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contarda solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, **conforme os subitens 9.4 a 9.7 deste edital**, e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



11.8.1. A proposta final deverá ser encaminhada com os respectivos manuais, encartes/folders, *se for o caso* e demais informações pertinentes ao(s) respectivo(s) lote(s) vencidos no certame.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias corridos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/PREÇO

15.1. Os recursos previstos para execução do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho **20.58.08.244.2068.2.176**, Natureza de Despesa **44.90.52.00** Fonte: **00**.

15.2. Os preços são fixos e irrevogáveis.

15.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 057, de 2009.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência. (ANEXO I).

17. DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

17.1.1. Pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, onde deverá constar os dados bancários (nome do Instituição Financeira, Agência e conta corrente);

17.1.2. Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e a de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

17.1.3. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.



18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

18.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

19. DO TERMO DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.

19.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

19.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

19.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

19.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

19.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

19.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

19.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 Não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho dentro do prazo.

21.1.2 Apresentar documentação falsa;

21.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5 Não manter a proposta;

21.1.6 Cometer fraude fiscal;

21.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

21.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

21.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de **0,33% (zero vírgula trinta e três por cento)** sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do contratado;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com o Município de São Gonçalo e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,



21.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2 A impugnação será realizada na forma eletrônica, por meio do e-mail pregaoeletronico@pmsg.rj.gov.br.

22.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

22.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.9 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

- 23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <https://servicos.pmsg.rj.gov.br/licitacao/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos, endereço Rua Feliciano Sodré, nº 100, Centro, SG, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 16h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência;
 - ANEXO II – Proposta Comercial;
 - ANEXO III – Planilha Orçamentária;
 - ANEXO VI – Ata de Registro de Preços;
 - ANEXO V – Minuta de Contrato;

São Gonçalo, ____ de _____ de 2021.

(Wanderson Dias Pereira)
Secretaria Municipal de Políticas Sobre Álcool e Drogas
Matr.:124.614



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO FORMAL DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURAS AQUISIÇÕES DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS, 16 (DEZESSEIS) MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS TIPO-NOTEBOOK, 16 (DEZESSEIS) NOBREAKS, 13 (TREZE) SOFTWARES, 04 (QUATRO) PROJETORES, 04 (QUATRO) TELAS DE PROJEÇÃO, 08 (OITO) CAIXAS DE SOM, 08 (OITO) MICROFONES, 04 (QUATRO) APARELHOS DVDs, 64 (SESSENTA E QUATRO) CADEIRAS, 16 (DEZESSEIS) MESAS, 04 (QUATRO) TVs 42 POLEGADAS, 04 (QUATRO) CÂMERAS FOTOGRÁFICAS, 04 (QUATRO) TENDAS INFLÁVEIS E 08 (OITO) TENDAS, A FIM DE AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS JUNTO ÀS COMUNIDADES, ESCOLAS, IGREJAS, PRAÇAS ETC, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ.

1 - OBJETO

O presente projeto é documento integrante do expediente deflagrado para instauração de procedimento licitatório, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO FUTURA DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS, 16 (DEZESSEIS) MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS TIPO-NOTEBOOK, 16 (DEZESSEIS) NOBREAKS, 13 (TREZE) SOFTWARES, 04 (QUATRO) PROJETORES, 04 (QUATRO) TELAS DE PROJEÇÃO, 08 (OITO) CAIXAS DE SOM, 08 (OITO) MICROFONES, 04 (QUATRO) APARELHOS DVDs, 64 (SESSENTA E QUATRO) CADEIRAS, 16 (DEZESSEIS) MESAS, 04 (QUATRO) TVs 42 POLEGADAS, 04 (QUATRO) CÂMERAS FOTOGRÁFICAS, 04 (QUATRO) TENDAS INFLÁVEIS E 08 (OITO) TENDAS, A FIM DE AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS JUNTO ÀS COMUNIDADES, ESCOLAS, IGREJAS, PRAÇAS ETC, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ.**

2 - OBJETIVOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

2.1 A presente licitação tem como objetivo a aquisição de **04 (QUATRO) IMPRESSORAS, 16 (DEZESSEIS) MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS TIPO-NOTEBOOK, 16 (DEZESSEIS) NOBREAKS, 13 (TREZE) SOFTWARES, 04 (QUATRO) PROJETORES, 04 (QUATRO) TELAS DE PROJEÇÃO, 08 (OITO) CAIXAS DE SOM, 08 (OITO) MICROFONES, 04 (QUATRO) APARELHOS DVDs, 64 (SESSENTA E QUATRO) CADEIRAS, 16 (DEZESSEIS) MESAS, 04 (QUATRO) TVs 42 POLEGADAS, 04 (QUATRO) CÂMERAS FOTOGRÁFICAS, 04 (QUATRO) TENDAS INFLÁVEIS E 08**



(OITO) TENDAS, A FIM DE AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS JUNTO ÀS COMUNIDADES, ESCOLAS, IGREJAS, PRAÇAS

ETC, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ, pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇO**, conforme as condições e especificações constantes no Termo de Referência.

2.2 Este documento tem por finalidade, fornecer dados e informações mínimas necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, promovido para contratação acima informado, bem como estabelecer as obrigações da(s) empresa(s) sobre a(s) qual(is) recairá(ão) a adjudicação do certame.

3 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E QUANTITATIVO

3.1 Justifica-se a necessidade da aquisição de 04 (quatro) impressoras, 16 (dezesesseis) microcomputadores portáteis tipo-notebook, 16 (dezesesseis) nobreaks, 13 (treze) softwares, 04 (quatro) projetores, 04 (quatro) telas de projeção, 08 (oito) caixas de som, 08 (oito) microfones, 04 (quatro) aparelhos DVDs, 64 (sessenta e quatro) cadeiras, 16 (dezesesseis) mesas, 04 (quatro) TVs 42 polegadas, 04 (quatro) câmeras fotográficas, 04 (quatro) tendas infláveis e 08(oito) tendas, a fim de auxiliar na realização de ações preventivas ao uso indevido de drogas junto às comunidades, escolas, igrejas, praças etc., pelo sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** no município de São Gonçalo, **conforme Convênio nº 887053/2019, e assinado pelo Ministério da Cidadania, cujo objeto é “Prevenção na Comunidade”**. Essa tem como proposta informar e conscientizar a população sobre os malefícios que o uso abusivo de drogas pode causar, através de ações de prevenção.

3.2 A aquisição é necessária para realização do projeto em sua totalidade, visto que o equipamento faz parte de uma das metas do Projeto Prevenção Itinerante.

3.3 **Cabe ressaltar que o projeto, incluindo seu quantitativo, foi aprovado pelo Governo Federal e não pode ser alterado**, e o processo de licitação é uma exigência para a liberação do recurso, garantindo a efetivação do convênio de número **887053/2019**, celebrado através de emenda parlamentar, para suprir a demanda de serviços da Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas.

3.4 **Por motivo acima citado, e com previsão de vencimento do convênio ainda para este ano, podemos afirmar que em caso de convite a outras pastas, culminaria com o atraso na licitação deste objeto, obrigando a administração a devolver ao governo federal os recursos recebidos acrescidos de juros, conforme estabelecido no próprio convênio, por tal motivo e urgência não foram convidados outros órgãos e entidades para participar da pretendida licitação.**



4 – JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A opção de utilizar **Sistema de Registro de Preços** justifica-se pela impossibilidade de armazenagem da secretaria, considerando que as equipes serão montadas de acordo com as necessidades para cada ação, inviabilizando assim prever o real quantitativo a ser demandada a época para cada equipe em cada período, justificando assim a necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da SEMPAD.

5 – JUSTIFICATIVA DE PREVISÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A previsão de adesão da ata de registro de preços certamente irá impactar a elaboração das propostas e a disputa de lances pelas empresas interessadas no objeto deste termo de referência, pois cria uma expectativa de direito das licitantes que participarão da licitação, com a possibilidade de que poderão ter contratações adicionais. Ademais tal previsão no edital diminui a possibilidade de licitação deserta.

5.2 É razoável concluir que a previsão de adesão no edital, afeta consideravelmente a disputa de preços na licitação, e por consequência trará melhores preços para os produtos a serem adquiridos pela administração municipal.

5.3 Lembramos que o quantitativo registrado através do SRP caracteriza mera expectativa de direito, já que não há obrigação de contratação, ou seja, tanto a previsão de adesão quanto a de contratação, são mera expectativa de direito, pois a administração não se obriga a contratar e nem de deixar aderir.

6 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 093/2021.

7 – DO FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição dos materiais objetos do presente Termo de Referência tem amparo legal no Decreto Municipal 093/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93.

8 – OBJETO E QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QDE.
1	Impressora Multifuncional ou Produto Similar: Tecnologia de impressão Laser; Tempo de primeira página até 10s;	Und	04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	<p>Resolução mínima de 1200x1200dpi;</p> <p>Trabalhar com os seguintes tamanhos e tipos de papel A4, Carta e Ofício;</p> <p>Trabalhar com papéis de 60 a 110 g/m²;</p> <p>Impressão frente e verso automático;</p> <p>Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm em papel A4 ou Carta;</p> <p>Memória RAM mínima de 512 MB;</p> <p>Capacidade mínima de entrada de papel de 100 (cem) folhas;</p> <p>ADF – Alimentador de documentos com cópia e digitalização frente e verso automático para, no mínimo 50 folhas;</p> <p>PCL6, PostScript3;</p> <p>Os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 e 8, Microsoft Server;</p> <p>Driver compatível com Windows 32 e 64 bits, Linux/Unix;</p> <p>Conectividade: Interface interna para Rede Fast Ethernet 10/100/1000 Base TX e USB 2.0</p>		
2	<p>Microcomputador portátil tipo-notebook ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none">– Tela Tela de 15,6” polegadas Utiliza a tecnologia de iluminação por LED Alta resolução (HD)– PROCESSADOR Processador com clock mínimo de 3.30 (Três ponto trinta) GHZ ou superior Memória cache mínima de 4(quatro) MB ou superior Mínimo de 4(quatro) núcleos e 8 (oito) Threads ou superior– MEMÓRIA RAM Memória tipo DDR4 2333Mhz ou superior Mínimo de 8 (oito) Gigabytes	Und	16



	<ul style="list-style-type: none"> - PORTAS DE COMUNICAÇÃO Mínimo de 2 (duas) entradas USB 3.0 Leitor de Cartão Entrada para fone de ouvido/microfone Saída HDMI Entrada RJ45 - REDE Possuir interface de rede padrão Gigabit Ethernet (10/100/1000) Rede sem fio padrão 802.11n ou superior - ARMAZENAMENTO Disco rígido mínimo de 1TB - COMPATIBILIDADE COM SISTEMA OPERACIONAL O equipamento deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7/8/8.1/10 - SOFTWARES INCLUSOS Microsoft Windows 10 Professional 64 bits ou mais atual - OUTRAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Peso máximo de 2 (dois) Quilogramas Mouse tipo Touch com 2 (dois) botões Bateria de no mínimo 6 (seis) células - DRIVERS O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares permitindo todas as atualizações de melhoria necessárias 		
3	<p>Software ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome do Produto: Microsoft Office Home and Business 2019 ou mais atual; - Fabricante: 	Und	13



	<p>Microsoft Corporation;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Versão: 32 e 64 bits. - Idioma: Português (BR). - Sistema Operacional: Windows 7, Windows 8 e Windows 10 - Devera conter no mínimo os seguinte aplicativos: Microsoft Excel, Microsoft Outlook, Microsoft Power Point, Microsoft Word. <p>O produto deverá vir com suas respectivas mídias digital (CDs / DVDs) com o software e documentação completos.</p> <p>Licença Vitalícia por computador.</p>		
4	<p>Nobreak ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tensão alimentação entrada: 127/220 V, - características adicionais: nobreak com processador digital de sinais, tensão de saída: 110/220 V, capacidade nominal: 3000 VA, bateria selada VRLA (regulada por válvulas), tipo onda senoidal pura e com controle digital, variação frequência entrada: 47- 63HZ 	Und	16
5	<p>Projektor ou Produto Similar:</p> <p>5. Resolução Nativa SVGA, 800 x 600, VGA 640 x 480, WUXGA_RB 1920 x 1200</p> <p>6. Luminosidade Padrão 3300 Lumens</p> <p>7. Duração aproximada da lâmpada 4.500 / 6.000 / 10.000 horas.</p> <p>8. Tecnologia Pronto para HDTV Sim compatível com 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p. DLP.</p>	Und	04



	<p>a) Imagem</p> <p>Tamanho da imagem 60"~300" Nativo 4:3 (com 5 modos selecionáveis).</p> <p>b) Conectividade</p> <p>2x VGA in (D-sub 15pinos - integrado com vídeo componente 2x HDMI 1x Monitor out 1x Vídeo Composto in (RCA) 1x S-Video in 1x Audio in (Mini Jack) 1x Áudio out (Mini Jack) 1x Alto Falante 2W 1x USB (Tipo Mini B) 1x RS232 (DB-9pinos) 1x IR Receiver (Frontal)</p> <p>c) Contraste 15.000:1.</p> <p>d) Lente</p> <p>Tipo de lente $F=2.46-2.66$, $f=21.8-25.6$. Zoom 1.2x</p> <ul style="list-style-type: none">– Frequência Horizontal 15K-102KHz.– Vertical 23-120Hz.– Sistema de cor PAL / NTSC / SECAM <p>Nível de ruído 32/29 dBA (Normal / Modo Econômico)</p>		
6	<p>Tela de projeção ou Produto Similar:</p> <p>7. Tela de projeção elétrica tensionada, com motor para recolhimento, entre 90 e 100 polegadas, medidas de projeção aproximadas ao formato 4:3, bordas pretas, cor do produto branca, voltagem 110V, com controle remoto, área de projeção cor</p>	Und	04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	branca, tecido mate White (verso preto), sistema de fixação no teto ou parede, parada em qualquer ponto no abrir/fechar da tela motor tubular acoplado silencioso (para movimentação da tela), estrutura em alumínio e pintura eletrostática.		
7	Caixas de som amplificadoras ou Produto Similar: 8. Caixa de som Caixa de som portátil amplificada Alto-Falante: 12" + driver Canal 1: Bluetooth, USB, SD Card, e FM / Auxiliar Entrada P10 e P2 para Microfone 9. Alimentação: Bivolt Automático 100-240V Bateria interna recarregável (Lítio) ou bateria externa 12V Potência: 600 W	Und	08
8	Microfone ou Produto Similar: 10. Microfone sem fio, tipo bastão , composto com transmissor e receptor, deve operar no mínimo a 100m de distância, deve possuir largura de banda no mínimo de 64 MHZ ou superior, deve possuir criptografia AES 256 BITS para transmissão sem fio segura, sensibilidade e RF: -97DBM, -deve possuir resposta de frequência de no mínimo: 50HZ – 18.0HZ – Range dinâmico>120 DB; saída do padrão XLR; antena tipo BNC X 2	Und	08
9	TV 42 polegadas ou Produto Similar: 11. Televisor, tamanho tela: 42 polegadas, voltagem 100-240V, características adicionais: TV digital, HDMI, tela 16:9, 20 W RMS, Full HD,	Und	04
10	Câmera fotográfica ou Produto Similar: 12. Câmera fotográfica digital modelo profissional, com lente 18-55 MM IS STM, FORMATO APS-C, DE 24,2 M P EFETIVO. SENSOR CMOS TAMANHO MÍNIMO 22,3 X 14,9 MM. FORMATOS DE ARQUIVO: JPE G, RAW FILMES:	Und	04



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

	MP4. ÁUDIO: AAC. PROFUNDIDADE DE BITS 14 BITS. SISTEMA DE REDUÇÃO DE POEIRA. CARTÃO DE MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC. CONTROLE DE FOCO/AUTOFOCO. ECRÃ DE VISUALIZAÇÃO 3 LCD TÁCTIL ROTATIVO. COBERTURA DE TELA 100%. CONTROLE DE EXPOSIÇÃO. SENSIBILIDADE MÍNIMA ISO 100-12800. OBTURADOR: ELETRÔNICO/MECÂNICO. VELOCIDADE: 1/4000 - 30S. BLOQUEIO DE ESPELHO. MEDIÇÃO: MÉDIA PONDERADA PELO CENTRO, AVALIATIVA, PARCIAL, PONTUAL.		
11	Cadeira ou Produto Similar: 13. Cadeira dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.	Und	64
12	Mesa ou Produto Similar: 14. Mesa dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.	Und	16
13	Tendas infláveis ou Produto Similar: 15. Confeccionado em poliéster 240, fio 100% poliamida Rhodia, revestido com película de PVC transparente, com tratamento ultravioleta e antifungo; Logomarca e/ou Artes em Impressão digital, com aplicação de película protetora para maior Base reforçada confeccionada em poliéster; Iluminação interna com grades de proteção, em alguns modelos de infláveis;	Und	04
14	Tendas ou Produto Similar: 16. Cobertura barraca, material: lona nylon 600, larguras: 3M, comprimento: 3 M, altura:1,30	Und	08



	A 2,20 M, características adicionais: tenda sanfonada / piramidal/ estrutura metálica		
15	Aparelho DVD ou Produto Similar: 17. Aparelho em Blu-ray player; ENTRADA USB; acompanhar controle remoto e conexão de AV E HDMI e leitura de DVD.	Und	04

9 - DA GARANTIA

9.1 O período de garantia dos equipamentos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, ou superior, caso fornecido pelo fabricante.

9.2 No caso de haver defeitos nas peças, e se, conseqüentemente, houver substituição, a garantia da mesma será contada a partir da nova data de sua substituição.

9.3 Os produtos que apresentem quaisquer falhas que impossibilitem o seu uso ou não atendam às especificações contidas neste Termo, deverão ser substituídos, sem qualquer ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10 - DA ENTREGA

10.1 O prazo de entrega do(s) objeto(s) é de 15(quinze) dias corridos, contados da retirada da nota de empenho pela contratada;

10.2 Correrão por conta da Contratada, até a entrega do objeto, todas as despesas referentes à entrega do objeto, como, por exemplo, frete, tributo, etc.;

10.3 O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregue(s) em sua(s) embalagem (ns) original (is) e em língua portuguesa;

10.4 O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

10.5 Poderá ser dispensado o recebimento provisório. Dispensado, o mesmo será substituído por recibo a ser emitido pelo responsável pelo Responsável pela fiscalização do contrato indicado pela SEMPAD;

10.6 O(s) objeto(s) deverá(ão) ser entregues acompanhados da nota fiscal, onde constará detalhadamente, entre outros, as indicações da marca, fabricante, modelo, procedência, garantia e seu prazo etc.

10.7 O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo responsável nomeado pela SEMPAD,



após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

10.8 Na hipótese de a verificação a que se refere à cláusula anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.9 O recebimento provisório ou definitivo do(s) objeto(s) não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

10.10 O recebimento do(s) objeto(s) de valor(es) superior(res) a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11 - LOCAL DE ENTREGA

A entrega será efetuada diretamente na Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas, na Rua Dr. Porciúncula, 395, (ANTIGO 3º BI), Barreto, São Gonçalo, RJ.

12 - VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo das propostas não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

13 - VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata Registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

14 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

14.1. A empresa **CONTRATADA** obriga-se a:

14.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.

14.1.2. Os bens devem ser acompanhados ainda, quando for o caso, do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada:

14.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



14.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos;

14.1.15. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

14.1.16. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.18. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

14.1.19. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

15 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

15.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

15.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

15.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

15.1.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

15.1.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

16 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.1 Comprovação de aptidão da licitante para desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de uma ou mais certidões ou um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.



16.2 A certidão ou atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço. CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome do cargo do signatário.

17 – DA AMOSTRA DO(S) PRODUTO(S)

A Empresa vencedora deverá encaminhar junto com a proposta ajustada, folders/encartes de cada item vencedor, dentro do prazo de convocação informado pelo Pregoeiro, para verificação da conformidade com as especificações técnicas do(s) produto(s).

18 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, serão designados no mínimo 03 (três) servidores públicos para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

18.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.

19 - DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS:

A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1 A Contratada que cometer algumas das infrações constantes nas Leis Federais n.ºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e Decreto Municipal n.º 093/21, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

20.2. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

20.3. Multa moratória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias a serem fixados pelo Edital e minuta contratual;



20.4. Multa compensatória de percentual a ser fixado pelo Edital e minuta contratual sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.5 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

20.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.7 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;

20.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.9 Também ficam sujeitas às penalidades do artigo 87, incisos III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.10 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.11 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.12 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.13 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho 1993, e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

20.14 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21 - VEDAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, considerando que o objeto pretendido neste termo de referência está classificado como ***bem comum***, conforme estabelecido no Item 6, bem como não se tratar de objeto de alta complexidade ou de relevante vulto, possibilitando que empresas cumpram os critérios de habilitação isoladamente.



22 - DO PAGAMENTO

22.1 Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

22.2 Pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, onde deverá constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e conta corrente);

22.3 Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e a de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

22.4 O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

23 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos correrão à conta do Orçamento da Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas, através do **Programa de Trabalho 20.58.08.244.2068.2.176, ND 44.90.52.00 e Fonte de Recursos 00** – e consta na proposta encaminhada da **LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA** e tem compatibilidade com o **PLANO PLURIANUAL** – para o exercício de **2021** da Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL

Proponente:						
Endereço:						
Modalidade: Pregão Eletrônico SRP FMS				Nº ____/2021		
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias				Prazo de Entrega: Conforme TR. (Anexo I)		
CNPJ.:				Insc. Estadual:		
Condições de Pagamento: CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL						
ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO		
				MARCA	UNIT	TOTAL
1	04	Und	Impressora Multifuncional ou Produto Similar:			
			Tecnologia de impressão Laser; Tempo de primeira página até 10s; Resolução mínima de 1200x1200dpi; Trabalhar com os seguintes tamanhos e tipos de papel A4, Carta e Ofício; Trabalhar com papéis de 60 a 110 g/m²; Impressão frente e verso automático; Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm em papel A4 ou Carta; Memória RAM mínima de 512 MB; Capacidade mínima de entrada de papel de 100 (cem) folhas; ADF – Alimentador de documentos com cópia e digitalização frente e verso automático para, no mínimo 50 folhas; PCL6, PostScript3; Os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 e 8, Microsoft Server; Driver compatível com Windows 32 e 64 bits, Linux/Unix; Conectividade: Interface interna para Rede Fast Ethernet 10/100/1000 Base TX e USB 2.0			



2	16	Und	<p>Microcomputador portátil tipo-notebook ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none">– Tela Tela de 15,6” polegadas Utiliza a tecnologia de iluminação por LED Alta resolução (HD)– PROCESSADOR Processador com clock mínimo de 3.30 (Três ponto trinta) GHZ ou superior Memória cache mínima de 4(quatro) MB ou superior Mínimo de 4(quatro) núcleos e 8 (oito) Threads ou superior– MEMÓRIA RAM Memória tipo DDR4 2333Mhz ou superior Mínimo de 8 (oito) Gigabytes– PORTAS DE COMUNICAÇÃO Mínimo de 2 (duas) entradas USB 3.0 Leitor de Cartão Entrada para fone de ouvido/microfone Saída HDMI Entrada RJ45– REDE Possuir interface de rede padrão Gigabit Ethernet (10/100/1000) Rede sem fio padrão 802.11n ou superior– ARMAZENAMENTO Disco rígido mínimo de 1TB– COMPATIBILIDADE COM SISTEMA OPERACIONAL O equipamento deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7/8/8.1/10– SOFTWARES INCLUSOS Microsoft Windows 10 Professional 64 bits ou mais atual– OUTRAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Peso máximo de 2 (dois) Quilogramas Mouse tipo Touch com 2 (dois) botões Bateria de no mínimo 6 (seis) células– DRIVERS O fabricante do equipamento deve disponibilizar		
---	----	-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3	13	Und	Software ou Produto Similar:			
			<ul style="list-style-type: none">– Nome do Produto: Microsoft Office Home and Business 2019 ou mais atual;– Fabricante: Microsoft Corporation;– Versão: 32 e 64 bits.– Idioma: Português (BR).– Sistema Operacional: Windows 7, Windows 8 e Windows 10– Devera conter no mínimo os seguintes aplicativos: Microsoft Excel, Microsoft Outlook, Microsoft Power Point, Microsoft Word. <p>O produto deverá vir com suas respectivas mídias digital (CDs / DVDs) com o software e documentação completos.</p> <p>Licença Vitalícia por computador.</p>			
4	16	Und	Nobreak ou Produto Similar:			
			<ul style="list-style-type: none">– Tensão alimentação entrada: 127/220 V,– características adicionais: nobreak com processador digital de sinais, tensão de saída: 110/220 V, capacidade nominal: 3000 VA, bateria selada VRLA (regulada por válvulas), tipo onda senoidal pura e com controle digital, variação frequência entrada: 47– 63HZ			



5	04	Und	Projektor ou Produto Similar:		
			<p>9. Resolução Nativa SVGA, 800 x 600, VGA 640 x 480, WUXGA_RB 1920 x 1200</p> <p>10. Luminosidade Padrão 3300 Lumens</p> <p>11. Duração aproximada da lâmpada 4.500 / 6.000 / 10.000 horas.</p> <p>12. Tecnologia Pronto para HDTV Sim compatível com 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p. DLP.</p> <p>e) Imagem Tamanho da imagem 60"~300" Nativo 4:3 (com 5 modos selecionáveis).</p> <p>f) Conectividade 2x VGA in (D-sub 15pinos - integrado com vídeo componente 2x HDMI 1x Monitor out 1x Vídeo Composto in (RCA) 1x S-Video in 1x Audio in (Mini Jack) 1x Áudio out (Mini Jack) 1x Alto Falante 2W 1x USB (Tipo Mini B) 1x RS232 (DB-9pinos) 1x IR Receiver (Frontal)</p> <p>g) Contraste 15.000:1.</p> <p>h) Lente Tipo de lente F=2.46-2.66, f=21.8-25.6. Zoom 1.2x</p> <p>– Frequência Horizontal 15K-102KHz.</p> <p>– Vertical 23-120Hz.</p> <p>– Sistema de cor PAL / NTSC / SECAM</p> <p>Nível de ruído 32/29 dBA (Normal / Modo Econômico)</p>		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

6	04	Und	Tela de projeção ou Produto Similar: 18. Tela de projeção elétrica tensionada, com motor para recolhimento, entre 90 e 100 polegadas, medidas de projeção aproximadas ao formato 4:3, bordas pretas, cor do produto branca, voltagem 110V, com controle remoto, área de projeção cor branca, tecido mate White (verso preto), sistema de fixação no teto ou parede, parada em qualquer ponto no abrir/fechar da tela motor tubular acoplado silencioso (para movimentação da tela), estrutura em alumínio e pintura eletrostática.			
7	08	Und	Caixas de som amplificadoras ou Produto Similar: 19. Caixa de som Caixa de som portátil amplificada Alto-Falante: 12" + driver Canal 1: Bluetooth, USB, SD Card, e FM / Auxiliar Entrada P10 e P2 para Microfone 20. Alimentação: Bivolt Automático 100-240V Bateria interna recarregável (Lítio) ou bateria externa 12V Potência: 600 W			
8	08	Und	Microfone ou Produto Similar: 21. Microfone sem fio, tipo bastão, composto com transmissor e receptor, deve operar no mínimo a 100m de distância, deve possuir largura de banda no mínimo de 64 MHZ ou superior, deve possuir criptografia AES 256 BITS para transmissão sem fio segura, sensibilidade e RF: -97DBM, -deve possuir resposta de frequência de no mínimo: 50HZ – 18.0HZ – Range dinâmico>120 DB; saída do padrão XLR; antena tipo BNC X 2			
9	04	Und	TV 42 polegadas ou Produto Similar: 22. Televisor, tamanho tela: 42 polegadas, voltagem 100-240V, características adicionais: TV digital, HDMI, tela 16:9, 20 W RMS, Full HD,			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10	04	Und	Câmera fotográfica ou Produto Similar: 23. Câmera fotográfica digital modelo profissional, com lente 18-55 MM IS STM, FORMATO APS-C, DE 24,2 M P EFETIVO. SENSOR CMOS TAMANHO MÍNIMO 22,3 X 14,9 MM. FORMATOS DE ARQUIVO: JPE G, RAW FILMES: MP4. ÁUDIO: AAC. PROFUNDIDADE DE BITS 14 BITS. SISTEMA DE REDUÇ ÃO DE POEIRA. CARTÃO DE MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC. CONTROLE DE FOCO/AUTOFOCO. ECRÃ DE VISUALIZAÇÃO 3 LCD TÁCTIL ROTATIVO. COBERTURA DE TELA 100%. CONTROLE DE EXP OSIÇÃO. SENSIBILIDADE MÍNIMA ISO 100-12800. OBTURADOR: ELETRÔNICO/MECÂNICO. VE LOCIDA DE: 1/4000 - 30S. BLOQUEIO DE ESPELHO. MEDIÇÃO: MÉDIA PONDERADA PELO CENTRO, AVALIATIVA, PARCIAL, PONTUAL.			
11	64	Und	Cadeira ou Produto Similar: 24. Cadeira dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.			
12	16	Und	Mesa ou Produto Similar: 25. Mesa dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.			
13	04	Und	Tendas infláveis ou Produto Similar: 26. Confeccionado em poliéster 240, fio 100% poliamida Rhodia, revestido com película de PVC transparente, com tratamento ultravioleta e antifungo; Logomarca e/ou Artes em Impressão digital, com aplicação de película protetora para maior Base reforçada confeccionada em poliéster; Iluminação interna com grades de proteção, em alguns modelos de infláveis;			
14	08	Und	Tendas ou Produto Similar: 27. Cobertura barraca, material: lona nylon 600, larguras: 3M, comprimento: 3 M, altura:1,30 A 2,20 M, características adicionais: tenda sanfonada / piramidal/ estrutura metálica			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

15	04	Und	Aparelho DVD ou Produto Similar:			
			28. Aparelho em Blu-ray player; ENTRADA USB; acompanhar controle remoto e conexão de AV E HDMI e leitura de DVD.			
Valor total:						
TOTAL POR EXTENSO R\$ _____						
DATA						
CARIMBOEASSINATURADAPROPONENTE						

Obs.: Havendo divergência entre as especificações da codificação CATMAT e o descritivo constante no presente Termo de Referência prevalecerá o Termo de Referência em consonância ao Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO	
				UNIT	TOTAL
1	04	Und	Impressora Multifuncional ou Produto Similar:		
			Tecnologia de impressão Laser; Tempo de primeira página até 10s; Resolução mínima de 1200x1200dpi; Trabalhar com os seguintes tamanhos e tipos de papel A4, Carta e Ofício; Trabalhar com papéis de 60 a 110 g/m²; Impressão frente e verso automático; Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm em papel A4 ou Carta; Memória RAM mínima de 512 MB; Capacidade mínima de entrada de papel de 100 (cem) folhas; ADF – Alimentador de documentos com cópia e digitalização frente e verso automático para, no mínimo 50 folhas; PCL6, PostScript3; Os equipamentos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7 e 8, Microsoft Server; Driver compatível com Windows 32 e 64 bits, Linux/Unix; Conectividade: Interface interna para Rede Fast Ethernet 10/100/1000 Base TX e USB 2.0	R\$ 1.475,00	R\$ 5.900,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

2	16	Und	<p>Microcomputador portátil tipo-notebook ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none">– Tela Tela de 15,6” polegadas Utiliza a tecnologia de iluminação por LED Alta resolução (HD)– PROCESSADOR Processador com clock mínimo de 3.30 (Três pontos e trinta) GHZ ou superior Memória cache mínima de 4(quatro) MB ou superior Mínimo de 4(quatro) núcleos e 8 (oito) Threads ou superior– MEMÓRIA RAM Memória tipo DDR4 2333Mhz ou superior Mínimo de 8 (oito) Gigabytes– PORTAS DE COMUNICAÇÃO Mínimo de 2 (duas) entradas USB 3.0 Leitor de Cartão Entrada para fone de ouvido/microfone Saída HDMI Entrada RJ45– REDE Possuir interface de rede padrão Gigabit Ethernet (10/100/1000) Rede sem fio padrão 802.11n ou superior– ARMAZENAMENTO Disco rígido mínimo de 1TB– COMPATIBILIDADE COM SISTEMA OPERACIONAL O equipamento deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft Windows 7/8/8.1/10– SOFTWARES INCLUSOS Microsoft Windows 10 Professional 64 bits ou mais atual– OUTRAS CARACTERÍSTICAS FÍSICAS Peso máximo de 2 (dois) Quilogramas Mouse tipo Touch com 2 (dois) botões Bateria de no mínimo 6 (seis) células– DRIVERS O fabricante do equipamento deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers de dispositivos, BIOS e Firmwares	R\$ 4.399,00	R\$ 70.384,00
---	----	-----	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------	---------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

3	13	Und	<p>Software ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Nome do Produto: Microsoft Office Home and Business 2019 ou mais atual; – Fabricante: Microsoft Corporation; – Versão: 32 e 64 bits. – Idioma: Português (BR). – Sistema Operacional: Windows 7, Windows 8 e Windows 10 – Devera conter no mínimo os seguinte aplicativos: Microsoft Excel, Microsoft Outlook, Microsoft PowerPoint, Microsoft Word. <p>O produto deverá vir com suas respectivas mídias digitais (CDs / DVDs) com o software e documentação completos.</p> <p>Licença Vitalícia por computador.</p>	R\$ 222,00	R\$ 2.886,00
4	16	Und	<p>Nobreak ou Produto Similar:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Tensão alimentação entrada: 127/220 V, – características adicionais: nobreak com processador digital de sinais, tensão de saída: 110/220 V, capacidade nominal: 3000 VA, bateria selada VRLA (regulada por válvulas), tipo onda senoidal pura e com controle digital, variação frequência entrada: 47–63HZ 	R\$ 2.149,90	R\$ 34.398,40



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

5	04	Und	Projektor ou Produto Similar: 13. Resolução Nativa SVGA, 800 x 600, VGA 640 x 480, WUXGA_RB 1920 x 1200 14. Luminosidade Padrão 3300 Lumens 15. Duração aproximada da lâmpada 4.500 / 6.000 / 10.000 horas. 16. Tecnologia Pronto para HDTV Sim compatível com 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p. DLP. i) Imagem Tamanho da imagem 60"~300" Nativo 4:3 (com 5 modos selecionáveis). j) Conectividade 2x VGA in (D-sub 15pinos - integrado com vídeo componente 2x HDMI 1x Monitor out 1x Vídeo Composto in (RCA) 1x S-Video in 1x Audio in (Mini Jack) 1x Áudio out (Mini Jack) 1x Alto Falante 2W 1x USB (Tipo Mini B) 1x RS232 (DB-9pinos) 1x IR Receiver (Frontal) k) Contraste 15.000:1. l) Lente Tipo de lente F=2.46-2.66, f=21.8-25.6. Zoom 1.2x – Frequência Horizontal 15K-102KHz. – Vertical 23-120Hz. – Sistema de cor PAL / NTSC / SECAM Nível de ruído 32/29 dBA (Normal / Modo Econômico)	R\$ 2.499,00	R\$ 9.996,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

6	04	Und	Tela de projeção ou Produto Similar: 29. Tela de projeção elétrica tensionada, com motor para recolhimento, entre 90 e 100 polegadas, medidas de projeção aproximadas ao formato 4:3, bordas pretas, cor do produto branca, voltagem 110V, com controle remoto, área de projeção cor branca, tecido mate White (verso preto), sistema de fixação no teto ou parede, parada em qualquer ponto no abrir/fechar da tela motor tubular acoplado silencioso (para movimentação da tela), estrutura em alumínio e pintura eletrostática.	R\$ 1.918,17	R\$ 7.672,68
7	08	Und	Caixas de som amplificadoras ou Produto Similar: 30. Caixa de som Caixa de som portátil amplificada Alto-Falante: 12" + driver Canal 1: Bluetooth, USB, SD Card, e FM / Auxiliar Entrada P10 e P2 para Microfone 31. Alimentação: Bivolt Automático 100-240V Bateria interna recarregável (Lítio) ou bateria externa 12V Potência: 600 W	R\$ 1.875,00	R\$ 15.000,00
8	08	Und	Microfone ou Produto Similar: 32. Microfone sem fio, tipo bastão , composto com transmissor e receptor, deve operar no mínimo a 100m de distância, deve possuir largura de banda no mínimo de 64 MHZ ou superior, deve possuir criptografia AES 256 BITS para transmissão sem fio segura, sensibilidade e RF: -97DBM, -deve possuir resposta de frequência de no mínimo: 50HZ – 18.0HZ – Range dinâmico>120 DB; saída do padrão XLR; antena tipo BNC X 2	R\$ 569,05	R\$ 4.552,40
9	04	Und	TV 42 polegadas ou Produto Similar: 33. Televisor, tamanho tela: 42 polegadas, voltagem 100-240V, características adicionais: TV digital, HDMI, tela 16:9, 20 W RMS, Full HD,	R\$ 2.131,50	R\$ 8.526,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

10	04	Und	Câmera fotográfica ou Produto Similar: 34. Câmera fotográfica digital modelo profissional, com lente 18-55 MM IS STM, FORMATO APS-C, DE 24,2 M P EFETIVO. SENSOR CMOS TAMANHO MÍNIMO 22,3 X 14,9 MM. FORMATOS DE ARQUIVO: JPE G, RAW FILMES: MP4. ÁUDIO: AAC. PROFUNDIDADE DE BITS 14 BITS. SISTEMA DE REDUÇ ÃO DE POEIRA. CARTÃO DE MEMÓRIA SD/SDHC/SDXC. CONTROLE DE FOCO/AUTOFOCO. ECRÃ DE VISUALIZAÇÃO 3 LCD TÁCTIL ROTATIVO. COBERTURA DE TELA 100%. CONTROLE DE EXP OSIÇÃO. SENSIBILIDADE MÍNIMA ISO 100-12800. OBTURADOR: ELETRÔNICO/MECÂNICO. VELOCIDA DE: 1/4000 - 30S. BLOQUEIO DE ESPELHO. MEDIÇÃO: MÉDIA PONDERADA PELO CENTRO, AVALIATIVA, PARCIAL, PONTUAL.	R\$ 3.458,00	R\$ 13.832,00
11	64	Und	Cadeira ou Produto Similar: 35. Cadeira dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.	R\$ 168,16	R\$ 10.762,24
12	16	Und	Mesa ou Produto Similar: 36. Mesa dobrável para armazenamento transporte fácil, resistente a sol e chuva com proteção antiferrugem e UV polietileno de alta densidade, estrutura em aço.	R\$ 332,00	R\$ 5.312,00
13	04	Und	Tendas infláveis ou Produto Similar: 37. Confeccionado em poliéster 240, fio 100% poliamida Rhodia, revestido com película de PVC transparente, com tratamento ultravioleta e antifungo; Logomarca e/ou Artes em Impressão digital, com aplicação de película protetora para maior Base reforçada confeccionada em poliéster; Iluminação interna com grades de proteção, em alguns modelos de infláveis;	R\$ 2.600,00	R\$ 10.400,00
14	08	Und	Tendas ou Produto Similar: 38. Cobertura barraca, material: lona nylon 600, larguras: 3M, comprimento: 3 M, altura:1,30 A 2,20 M, características adicionais: tenda sanfonada / piramidal/ estrutura metálica	R\$ 265,00	R\$ 2.120,00
15	04	Und	Aparelho DVD ou Produto Similar: 39. Aparelho em Blu-ray player; ENTRADA USB; acompanhar controle remoto e conexão de AV E HDMI e leitura de DVD.	R\$ 702,00	R\$ 2.808,00

Valor total: R\$ 204.549,72

TOTAL POR EXTENSO: DUZENTOS E QUATRO MIL E QUINHENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS



**ANEXO VI
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

(Secretaria Municipal de Políticas Sobre Álcool e Drogas)

N.º ____/2021

O Município de São Gonçalo, com sede à Rua Dr. Feliciano Sodré, nº 100, 2º andar – Centro, na cidade de São Gonçalo, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 28.636.579/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) _____ **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**, nomeado(a) pela Portaria nº ____ de ____ de ____ de 20____, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Gonçalo de ____ de ____ de 20____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2021, publicada no ____ de ____/____/2021, processo administrativo n.º **16.117/2020**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto Municipal n.º 057, de 2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual aquisição de de 04 (quatro) impressoras, 16 (dezesesseis) microcomputadores portáteis tipo-notebook, 16 (dezesesseis) nobreaks, 13 (treze) softwares, 04 (quatro) projetores, 04 (quatro) telas de projeção, 08 (oito) caixas de som, 08 (oito) microfones, 04 (quatro) aparelhos dvds, 64 (sessenta e quatro) cadeiras, 16 (dezesesseis) mesas, 04 (quatro) tvs 42 polegadas, 04 (quatro) câmeras fotográficas, 04 (quatro) tendas infláveis e 08 (oito) tendas, a fim de auxiliar na realização de ações preventivas ao uso indevido de drogas junto às comunidades, escolas, igrejas, praças etc, no município de São Gonçalo-RJ, especificado no **item 1** do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão Eletrônico* SRP ____ nº ____/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade



3. ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

3.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados a partir de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou



5.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros de preços nas hipóteses previstas nos itens **5.7.1**, **5.7.2** e **5.7.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. A pedido do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n. 057, de 2009.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2021

TERMO DE CONTRATO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 04 (QUATRO) IMPRESSORAS, 16 (DEZESSEIS) MICROCOMPUTADORES PORTÁTEIS TIPO-NOTEBOOK, 16 (DEZESSEIS) NOBREAKS, 13 (TREZE) SOFTWARES, 04 (QUATRO) PROJETORES, 04 (QUATRO) TELAS DE PROJEÇÃO, 08 (OITO) CAIXAS DE SOM, 08 (OITO) MICROFONES, 04 (QUATRO) APARELHOS DVDS, 64 (SESSENTA E QUATRO) CADEIRAS, 16 (DEZESSEIS) MESAS, 04 (QUATRO) TVS 42 POLEGADAS, 04 (QUATRO) CÂMERAS FOTOGRÁFICAS, 04 (QUATRO) TENDAS INFLÁVEIS E 08 (OITO) TENDAS, A FIM DE AUXILIAR NA REALIZAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS AO USO INDEVIDO DE DROGAS JUNTO ÀS COMUNIDADES, ESCOLAS, IGREJAS, PRAÇAS ETC, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO-RJ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A _____.

Aos ____ (_____) dias do mês de (_____) do ano de 2021 o **Município de São Gonçalo**, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **SECRETARIO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**, o(a) Sr.(Srª) _____, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ expedida pelo _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. _____, e do outro lado a _____, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida a _____, nº. ____ – _____ – _____/_____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, _____, _____, expedida pelo _____, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº **16.117/2020**, através do Pregão Eletrônico PMSG N.º ____/2021, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 093, de 15 de Março de 2021, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:



1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.1 O presente contrato tem como objeto a futura e eventual aquisição de de 04 (quatro) impressoras, 16 (dezesseis) microcomputadores portáteis tipo-notebook, 16 (dezesseis) nobreaks, 13 (treze) softwares, 04 (quatro) projetores, 04 (quatro) telas de projeção, 08 (oito) caixas de som, 08 (oito) microfones, 04 (quatro) aparelhos dvds, 64 (sessenta e quatro) cadeiras, 16 (dezesseis) mesas, 04 (quatro) tvs 42 polegadas, 04 (quatro) câmeras fotográficas, 04 (quatro) tendas infláveis e 08 (oito) tendas, a fim de auxiliar na realização de ações preventivas ao uso indevido de drogas junto às comunidades, escolas, igrejas, praças etc, no município de São Gonçalo-RJ.

1.2 O presente instrumento terá a vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. Obrigações da Contratada:

2.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de garantia.

2.1.2. Os bens devem ser acompanhados ainda, quando for o caso, do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

2.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

2.1.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o produto com avarias ou defeitos;

2.1.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

2.1.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

2.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



2.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;

2.1.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

2.2. Obrigações da Contratante:

2.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

2.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material a ser entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pelo CONTRATADO.

2.2.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

2.2.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas no produto.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 – A despesa no valor de R\$ _____ (_____) correrão a conta do Programa de Trabalho nº **20.58.08.244.2068.2.176**, Código de Despesa nº **44.90.52.00** e Fonte de Recursos nº **00**.

4 – CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão creditados em conta corrente da titularidade da Contratada, desde que seja instruído com:

4.1.1. Pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, onde deverá constar os dados bancários (nome da Instituição Financeira, Agência e conta corrente);

4.1.2. Cópia da nota fiscal, devidamente atestada, e as Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e a de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

4.1.3. O pagamento não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela.

5 – CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

5.1 O preço contratado permanecerá irreajustável durante 12 meses, contados da data da apresentação da proposta. Passados 12 meses da data da apresentação da proposta, o seu valor poderá a requerimento da contratada e desde que a hipótese legal seja verificada, ser reajustado,



alcançando a data da formulação da proposta. Sendo revisto com base na fórmula $R = \{(I-10)/I0\} \times V$, onde:

R – é o valor do reajustamento procurado;

I – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente aos serviços especificados e relativos ao mês de execução destes;

I0 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relativo ao mês de apresentação da proposta;

V – É o valor inicial contratual dos serviços.

5.2 O atraso na execução dos serviços, imputável à CONTRATADA não gerará direito a reajustes ou a atualização monetária;

5.3 A contratada deverá ainda obedecer todas as orientações e especificações contidas no Termo de Referência, parte integrante deste.

6 – CLÁUSULA SEXTA– DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE E DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração.

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei n.º 8.666/93.

8 - CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993:

- 8.1.1 Advertência escrita;
- 8.1.2 Multa;
- 8.1.3 Suspensão temporária;
- 8.1.4 Declaração de inidoneidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

8.2. Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

8.3. Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

8.3.1. A Comissão ou servidor especialmente designado serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

8.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

8.3.1.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

8.3.1.2. Por inexecução total ou parcial.

8.3.1.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

8.3.1.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

8.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa.

8.4.1. Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

8.4.2. Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

8.4.3. As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

8.4.4. As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

8.4.5. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal da **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**.

8.4.6. Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E SUPRIMENTOS

depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no item **8.4.4.** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

8.4.7. A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

8.4.8. Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

8.4.9. Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS** do órgão integrante da Administração Pública indireta.

8.5. Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** e a **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

8.6. Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

8.6.1. O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado para a Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo para apreciação, antes de ser publicada.

9 – CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO

9.1. As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

9.2. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

9.3. Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.



10 – CLÁUSULA DÉCIMA– DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR

10.1. Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que, comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

10.2. Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela fiscalização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem as entregas do objeto deste CONTRATO.

10.3. Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

10.4. Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

10.5. Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

10.6. No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1 – A Administração Municipal, através da **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS** publicará no Diário Oficial Eletrônico do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 48, do Decreto Municipal n.º 093/2021.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A aquisição objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da **SECRETARIA DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS**, desde que designados, incumbindo-lhe, consequentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos mesmos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. A Contratada se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.



12.3. A existência e a atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a entrega e, particularmente à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas às disposições a elas relativas.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 – Fica reservado a Fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento do objeto deste Contrato.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.2 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.3 – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

14.4 — O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 – Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE ÁLCOOL E DROGAS	
CONTRATANTE	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome: _____
CPF: _____